

Robert Richartz

ESTRUTURA DE CONSUMO NA TERCEIRA IDADE NO BRASIL

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Orientador: Prof. Lauro Mattei

Florianópolis – SC, Junho de 2005

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota _____ ao aluno Robert Richartz, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Lauro Mattei
Presidente

Professor
Membro

Professor
Membro

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	5
LISTA DE TABELAS.....	6
LISTA DE EQUAÇÕES.....	7
1 – INTRODUÇÃO.....	8
1.2 – OBJETIVOS.....	10
1.2.1 – GERAL.....	10
1.2.2 –ESPECÍFICOS.....	10
1.3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	11
1.4 – ESTRUTURA DA MONOGRAFIA.....	12
CAPÍTULO 2 – REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1 – TEORIA DO CICLO DE VIDA.....	14
2.2 – TEORIA DO CONSUMO DA RENDA PERMANENTE.....	16
2.3 – TEORIAS DA POPULAÇÃO ESTÁVEL.....	19
CAPÍTULO 3 – A NOVA ESTRUTURA FAMILIAR BRASILEIRA – ESPECIAL IMPORTÂNCIA À TERCEIRA IDADE.....	21
3.1 – A MUDANÇA NA ESTRUTURA DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO.....	21
3.2 – A IMPORTÂNCIA DA RENDA DO IDOSO NA DINÂMICA ECONÔMICA.....	23
3.3 – PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO PARA O BRASIL.....	25
3.4 – ESTRUTURA FAMILIAR NA TERCEIRA IDADE.....	27
3.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS COM IDOSOS E OS DE IDOSOS.....	29
CAPÍTULO 4 – ATIVIDADE ECONÔMICA NA TERCEIRA IDADE.....	32
4.1 – COMPORTAMENTO FINANCEIRO.....	32

	4
4.2 – A ORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	34
4.3 – FONTES DE RENDA.....	37
CAPÍTULO 5 - ESTRUTURA DE CONSUMO DOS IDOSOS E DOS NÃO IDOSOS (ANÁLISE DO IPC-3I) ...	42
5.1 – ITENS DA CESTA DE CONSUMO COM MAIOR IMPACTO NA RENDA DA TERCEIRA IDADE.....	47
5.1.1 – MAIORES IMPACTOS COM BASE NA INFLAÇÃO IPC 3-I.....	47
5.1.2 – MAIORES IMPACTOS COM BASE NA PROPORÇÃO DOS GASTOS (POF 1995/96)	48
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Renda da Vida, Consumo, poupanças e a riqueza no modelo do ciclo de Vida.....	15
Figura 2 – O Efeito sobre o Consumo de um aumento sustentado na Renda.....	18
Figura 3 – Crescimento populacional dos Idosos (população com mais de 60 anos) e da População Total, em percentual, do período de 1980 a 2050.	22
Figura 4 – Esperança de vida ao nascer, considerando as mortes por causas externas, dos anos de 1970 a 1995.....	23
Figura 5 – Participação na renda total dos não-idosos e idoso por faixas de salário mínimo, nos anos de 1987 e 1996.	24
Figura 6 – Razão de dependência idosos/População em Idade Ativa (15-59 anos), no período de 1990-2030.....	25
Figura 7 – Distribuição Percentual dos Domicílios Brasileiros segundo a presença de idosos 1970, 1980 e 1999.....	28
Figura 8 – Ocupação masculina segundo categorias sócio-ocupacionais por grupos quinquenais de idade. Fonte: IBGE – PNAD 1997.....	35
Figura 9 - Ocupação feminina segundo categorias sócio-ocupacionais por grupos quinquenais de idade.....	35
Figura 10 – Ocupação Masculina, segundo ramos de atividade por grupos de idade dos idosos.	36
Figura 11 – Ocupação Feminina segundo ramos de atividade por grupos de idade dos idosos.	36
Figura 12 – Renda Familiar per capita de todas as fontes (em R\$).....	39
Figura 13 – Diferencial de participação por tipo de renda, 2000-1991 (%).	41
Figura 14 – Índice de Preços ao Consumidor. Agosto/1994=100.....	44
Figura 15 – Índice do Salário Mínimo Real. Agosto/1994=100.	46
Figura 16 – Gasto Médio Mensal com Serviços de Saúde nas Faixas Etárias (R\$).....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil – Indicadores Seleccionados do Envelhecimento Populacional por Hipóteses de Variação nas Componentes Demográficas – 1980 e 2050.....	26
Tabela 2– Características dos Idosos Brasileiros por tipo de domicílio, 1981 e 1999.....	29
Tabela 3 – Número Médio de Membros segundo a relação com o dos domicílios de idosos ..	31
Tabela 4 – Distribuição (%) de ativos financeiros dos homens e das mulheres (mais de 60 anos) de acordo com a faixa salarial.....	33
Tabela 5 – Distribuição (%) de ativos financeiros dos homens e das mulheres (mais de 60 anos) de acordo com a faixa etária.	33
Tabela 6 – Origem dos recebimentos por faixa salarial para os idosos.	38
Tabela 7 – Comparativo Recebimentos Laborais + Investimentos X Aposentadorias e Auxílios.	38
Tabela 8 – Rendimento Médio de todas as fontes da população idosa por sexo e categorias – Brasil 1997.	39
Tabela 9 – Estrutura dos Índices de Preços ao consumidor Total e da Terceira Idade.....	40
Tabela 10 – Comparativo Salário Mínimo IPC-3I X IPC-BR.....	45
Tabela 11 – Itens da cesta de consumo da POF com maior e menor impacto sobre a renda da Terceira Idade (famílias com pelo menos 50% de idosos).	48
Tabela 12 – Distribuição (%) dos itens na cesta de consumo da Terceira Idade, segundo a classe de rendimentos para a POF 1995/96.....	50

LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 – Propensão a consumir da riqueza e da renda do trabalho atual.....	14
Equação 2 – Relação entre anos trabalhados, expectativa de vida e a taxa de poupança atual.	15
Equação 3 – Relação do consumo atual como proporção da renda permanente.	16
Equação 4 – Definição da Renda Permanente	16
Equação 5 – Função consumo de longo prazo.....	17

CAPÍTULO 1 – PROBLEMA DE PESQUISA

1 – INTRODUÇÃO

Os índices de preços são utilizados para garantir a proporcionalidade dos valores ao longo do tempo, ou seja, gerar valores comparáveis entre si. Além de assegurar os reajustes dos salários, servem para manter o nível de consumo futuro igual ao do presente.

Durante o longo período de inflação elevada, o Brasil conviveu com um grande número de índice de preços, calculados por vários institutos de estudos econômicos. Entretanto, podemos classificá-los em quatro grupos principais: Índices de Preços ao Consumidor, de cobertura nacional, apurados pelo IBGE (INPC e IPCA); Índices Gerais de Preços estimado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (IGP, INCC, IPA e IPC); Índice de Preços ao consumidor de São Paulo, avaliado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas FIPE; e Índice de Custo de Vida do Município de São Paulo, do Dieese.

De outro lado, o Brasil, atualmente, vem apresentando um dos mais rápidos envelhecimentos demográficos comparado a outros países da América Latina. De acordo com as projeções feitas pelas Nações Unidas, entre 1950 e 2050, as taxas de crescimento das pessoas com mais de 60 anos ⁽¹⁾, no Brasil, só estarão sendo superadas pela Venezuela (Moreira 2000). Ademais, a ONU estima que o Brasil ocupará, em 2050, o quinto lugar no mundo com pessoas acima de 60 anos, ficando atrás apenas da China, Índia, EUA e Indonésia (Guidugli, 2000).

Quando um país apresenta índices de inflação generalizados, como ocorreu com o Brasil nas duas últimas décadas, a caracterização da inflação incidente sobre cada segmento social, etário ou regional, torna-se desnecessária, uma vez que esta elevação de preços será sentida em maior ou menor medida por todos os indivíduos.

¹ A população da terceira idade totaliza hoje 15 milhões de brasileiros, três vezes mais do que em 1970. Esta população cresceu o triplo da população total (47% contra 15,7%). Fonte: IBGE (1998)

A partir da instituição do Plano Real o país passou por um controle monetário mais rígido, traduzindo-se em preços que sobem de forma prolongada ou permanente, ou até mesmo outros que nem sobem. Sendo que a explicação para o desencontro dos preços estaria na dinâmica de expansão da produtividade, grau de competição do mercado, taxa de câmbio e preferências do consumidor.

Deste modo, tornou-se necessário elaborar um novo índice de preços com o objetivo de abranger a classe com uma cesta de consumo diferenciada, proporcionando assim, um modo de observar as modificações no comportamento de consumo a partir de uma elevação da expectativa de vida.

O estudo do comportamento de consumo dos idosos é um tanto incipiente no Brasil, pois:

“...muito embora, por várias formas, se tenha chegado à conclusão de que os idosos estão em melhores condições de vida do que os não-idosos, pouco se sabe sobre a estrutura de gastos dos mesmos. Uma hipótese é de que os idosos gastam mais em saúde – planos de saúde, medicamentos etc. Os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar permitem que se estude a estrutura dos gastos da população idosa *vis-à-vis* a da população não idosa (CAMARANO, 1999, p.381).

Com relação à idade em que a pessoa poderia ser considerada idosa, podemos mencionar, com base na literatura da área, que a determinação de uma idade limite entre a fase adulta (produtiva) e a fase idosa (dependência e/ou despoupança) seria de 60 anos para países em desenvolvimento, e de 65 anos, para países desenvolvidos. Entretanto, o nosso estudo pretende demonstrar a falta de padrão de comportamento no Brasil para a idade de aposentadoria efetiva, pois as evidências empíricas nos mostram um claro descompasso entre envelhecimento e dependência.

Por fim, observar a estrutura de consumo dos idosos pode ser útil para entender as novas demandas da sociedade brasileira, proporcionando uma análise mais precisa das verdadeiras necessidades dos idosos.

Partindo do aumento da importância da renda dos idosos para a dinâmica da economia brasileira, iremos comparar a estrutura de consumo das famílias com pelos menos 50% de idosos com as sem idosos, mostrando que o aumento da expectativa de vida alterou a estrutura de gastos das famílias.

1.2 – OBJETIVOS

1.2.1 – GERAL

Demonstrar as mudanças na estrutura de consumo da população brasileira com mais de 60 anos no período entre 1994 – 2004.

1.2.2 –ESPECÍFICOS

- Demonstrar o comportamento e a origem das principais fontes de renda dos idosos;
- Descrever a estrutura de consumo das famílias com, pelo menos, 50% de pessoas acima dos 60 anos em relação às famílias que não possuem idosos;
- Identificar os itens de consumo com maior impacto sobre o nível de renda dos idosos.

1.3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo de estudo deste trabalho será indutivo comparativo. Por indução entendemos como partindo do particular e finalizando no geral, uma vez que o estudo de um ou alguns segmentos sociais projeta o comportamento geral.

É também comparativo, porque utilizamos as diferenças e as similaridades entre classes etárias para explicar a estrutura de consumo das famílias brasileiras.

As técnicas e os instrumentos de observação deste trabalho serão do tipo consulta por levantamento de informações, mesmo que as pesquisas bibliográfica e documental (livros, jornais, revistas e outros documentos que possam conter informações relevantes) também tenham sido usadas.

Por se caracterizar pelo levantamento de informações de uma amostra significativa do universo, as conclusões obtidas a partir desta amostra são projetadas para a totalidade do universo.

Um estudo calcado em levantamento (*surveys*) possibilita uma investigação mais precisa, à medida que os entrevistados informam acerca de seu comportamento, não possibilitando que os pesquisadores direcionem os resultados. Assim, a pesquisa utilizará dados secundários junto à Institutos de Estudo que acompanham o crescimento populacional.

Especificamente, usamos informações da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 1995/1996 e 2002/2003, ambas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A POF tem como principal objetivo elaborar a cesta de consumo médio das famílias brasileiras. A partir destes dados, o IBGE calcula os seus índices de preços, como o INPC e o IPCA. Quando ocorrem mudanças nas preferências de compra do consumidor brasileiro, o IBGE altera os pesos dos itens de cada cesta. Além disso, serão de grande importância as análises das

disponibilidades de renda da 3ª Idade, os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o IPC3I, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o que calcula este índice através da POF.

Quanto à finalidade da pesquisa, trataremos das características de um grupo utilizando, portanto, o método descritivo. Entretanto, por não nos atermos somente a identificação da relação entre variáveis – identificaremos os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos – a pesquisa marchará entre o método descritivo e o explicativo.

Todavia, não caberá a este estudo elaborar soluções para a disparidade dos custos das cestas de consumo dos Idosos e dos “não-idosos”, pois com os instrumentos utilizados apenas podemos identificar o fato, descrevê-lo e expor as suas características.

1.4 – ESTRUTURA DA MONOGRAFIA

O trabalho está organizado em seis capítulos:

O Capítulo 1 trata do objeto de estudo, delimitação do tema, objetivos, metodologia e resultados a serem alcançados.

O Capítulo 2 apresenta a teoria do estudo do crescimento populacional, destacando as teorias com enfoque na renda na terceira idade, sem desconsiderar os estudo de projeção de crescimento.

O Capítulo 3 traz o estudo da renda do idoso durante o tempo, destacando o aumento da sua importância na economia, projeção de crescimento da terceira idade no Brasil e a nova estrutura familiar na qual o idoso está inserido.

O Capítulo 4 apresenta a atividade econômica na terceira idade, as origens da sua renda, as principais atividades para a faixa etária, destacando neste capítulo os comportamentos nos idosos diante das perspectivas quanto ao futuro.

O Capítulo 5 demonstra a estrutura do IPC-3I, a inflação da terceira idade, e o compara com o consumo dos “não-idosos”, salientando os estudos de impacto da inflação sobre a renda dos idosos.

O Capítulo 6 apresenta as considerações finais, realçando as perspectivas dos idosos quanto à adoção de novas diretrizes para as políticas de apoio à terceira idade.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO DE LITERATURA

2.1 – TEORIA DO CICLO DE VIDA

A Teoria do Ciclo da Vida⁽²⁾ desvincula o consumo da renda disponível no curto prazo e focaliza os indivíduos no longo prazo, planejando seu comportamento de consumo e poupança no decorrer de longos períodos, fazendo assim a alocação do seu consumo da melhor maneira possível durante toda a sua vida.

A função básica do consumo relaciona a renda do período com o consumo do mesmo período. Entretanto, o que se constatou através de estudos empíricos foi que, a propensão marginal a consumir da renda disponível é menor que a propensão média a consumir e, à medida que a renda aumenta, a propensão média cai.

Como a hipótese do ciclo da vida vê a poupança como resultado dos indivíduos de garantir o seu consumo na fase improdutiva da sua vida, a estrutura etária acaba se tornando uma variável importante na dinâmica da poupança de um país.

O consumo de um indivíduo, segundo a teoria do ciclo da vida, seria dado pela Equação (1), onde α seria a propensão a consumir da riqueza (WR) e c a propensão a consumir da renda do trabalho (YL).

$$C = \alpha WR + cYL \quad (1)$$

Equação 1 – Propensão a consumir da riqueza e da renda do trabalho atual.

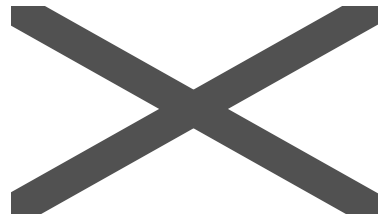
² Modigliani elaborou junto com Richard Brumberg a Teoria do Ciclo de Vida. Fonte: Macroeconomia/ Rudiger Dornbush e Stanley Fischer

Partindo desta avaliação do consumo atual podemos avaliar como a alteração na expectativa de vida da população de um país pode alterar o valor das variáveis.

Se um indivíduo espera viver NL anos, trabalhar e ganhar renda por WL anos e se aposentar em (NL – WL) anos, podemos esperar que se este viver mais e trabalhar por um período mínimo para se aposentar (entre 25-30 anos), deverá sacrificar uma quantidade cada vez maior do seu consumo presente para garantir o seu consumo na aposentadoria, teríamos portanto a Equação 2, como a determinante da sua poupança para a aposentadoria.

$$S \equiv YL - C = YL \times \frac{NL - WL}{NL} \quad (2)$$

Equação 2 – Relação entre anos trabalhados, expectativa de vida e a taxa de poupança atual.



Fonte: DORNBUSH, Rudiger e FISCHER, Stanley; página 310.

Figura 1 – Renda da Vida, Consumo, poupanças e a riqueza no modelo do ciclo de Vida.

A Figura 1 demonstra a dinâmica do indivíduo com relação a sua renda do trabalho, tendendo ao equilíbrio entre a poupança e a despoupança.

2.2 – TEORIA DO CONSUMO DA RENDA PERMANENTE

A teoria da Renda Permanente⁽³⁾ estabelece o consumo conforme as oportunidades de consumo de longo, e não as relaciona com o nível de renda presente (Teoria Ciclo de Vida). Seguindo a lógica da teoria da Renda Permanente, o consumo seria dado pela sua média, ao longo do tempo, e não através da renda corrente, ou seja, um indivíduo não concentraria todo o seu consumo apenas no dia do recebimento do seu salário, e nos outros dias com consumo zero, mas sim pela renda média diária.

Deste modo teríamos o consumo relacionado com a renda permanente conforme a Equação 3:

$$C = cYP \quad (3)$$

Equação 3 – Relação do consumo atual como proporção da renda permanente.

Entretanto, para a correta relação entre o consumo atual e a renda permanente, não deve ocorrer restrições por liquidez, ou seja, a renda futura, quando maior, deve financiar o consumo atual. Além disso, os indivíduos devem examinar se a renda, que por ventura estão recebendo, se trata de um valor que se manterá ou é apenas um valor transitório.

A teoria da renda permanente pressupõe que esta dinâmica está relacionada com o comportamento da renda no passado e no período corrente. De modo pragmático, podemos estimar a renda permanente como sendo igual a última renda do ano mais uma parte da fração da variação na renda do último ano, até este ano. A Equação 4 exemplifica isto.

$$\begin{aligned} YP &= Y_{-1} + \theta(Y - Y_{-1}) \\ YP &= \theta Y + (1-\theta)Y_{-1} \end{aligned} \quad (4)$$

Equação 4 – Definição da Renda Permanente

³ Milton Friedman, *A Theory of the Consumption Function* Princeton, N.J., Princeton University Press, 1957.

Algumas definições são importantes para a correta aplicação da teoria. Primeiro, se a renda deste ano for igual a renda do ano anterior, se espera, então, que a renda permanente seja igual, neste ano e no ano passado. Por último, a renda permanente não aumenta na mesma proporção do aumento da renda corrente, pois o indivíduo não sabe se este aumento será mantido. Assim, como se espera que a renda apresenta sempre uma dada variação anual, em uma mesma escala, espera-se que a renda permanente obedeça esta elevação.

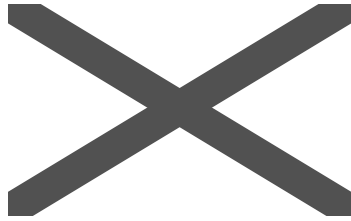
Entretanto a Equação 4 não deixa margem para a possível alteração da renda permanente por qualquer mudança nas expectativas dos agentes. Um exemplo seria um crescimento repentino do PIB de um país, onde tal configuração levaria os indivíduos a uma renda permanente maior, desconsiderando a renda passada como instrumento para o aumento do consumo permanente.

Reescrevendo a Equação 4, através da Equação 5, teríamos uma propensão marginal a consumir da renda corrente ($c\theta$) menor que a propensão a consumir de longo prazo (c). Isto ocorre devido à projeção das expectativas dos indivíduos com relação à permanência, ou não, da renda no patamar atual e à percepção da evolução da sua renda ao longo do tempo.

$$C = cYP = c\theta Y + c(1-\theta)Y_{-1} \quad (5)$$

Equação 5 – Função consumo de longo prazo.

A Figura 2 nos mostra a relação do consumo de curto prazo com o de longo prazo e como estas funções se relacionam ao longo do tempo. Conforme a estabilidade do aumento da renda, o consumidor, racionalmente, escolhe a sua nova função consumo. Se este aumento for considerado uma renda de oportunidade, ou seja, ocorreu apenas naquele instante e não se mantém ao longo do tempo, a função consumo se manterá na posição E'. Caso contrário, a função se deslocará para a posição E''.



1º Deslocamento – Aumento da Renda em um período.

2º Deslocamento – Manutenção do Aumento da Renda do período anterior = Aumento do consumo.

Fonte: DORNBUSH, Rudiger e FISCHER, Stanley; página 323.

Figura 2 – O Efeito sobre o Consumo de um aumento sustentado na Renda.

A aplicação desta teoria para a terceira idade mostrará a existência de constantes diferentes para cada alteração na renda corrente. Isto ocorre devido à percepção, por parte da terceira idade, de que este aumento, mesmo sendo temporário, deverá ser utilizado devido à atuação da miopia na racionalidade.

Para explicar a dinâmica da renda na terceira idade, de certa forma podemos afirmar que devido à baixa constância nos seus rendimentos, acaba, assim, por comprometer a renda permanente, uma vez que grande parte desta acaba sendo utilizada no curto prazo. Se equacionada a renda permanente dos idosos, poderíamos utilizar este estudo para localizar a renda que atenda as necessidades ao longo do seu ciclo produtivo, assim como os seus rendimentos mínimos.

2.3 – TEORIAS DA POPULAÇÃO ESTÁVEL

O artigo apresentado por Coale (1956), nos dá a exata apresentação dos impactos da mortalidade e da fecundidade. Esta teoria projeta a evolução de uma população onde o seu crescimento se torna estável, ou seja, supõe que os níveis e padrões de fecundidade e mortalidade por idade e sexo mantiveram-se constantes por um longo período de tempo. Esta suposição deve fazer parte da estrutura de crescimento por um tempo tal que resulte na substituição completa da antiga população, pela nova população que já nasceu sob a égide das taxas estáveis.

Tal configuração resulta em uma taxa de crescimento estável e igual para todos os grupos de idades, gerando uma distribuição etária proporcionalmente estável e taxas de natalidade e mortalidade constantes.

Coale (1956), realiza uma avaliação em termos estáticos entre duas populações estáveis, com iguais níveis de mortalidade, a população que apresentou o maior nível de fecundidade foi a com maior proporção de jovens. Moreira(1998) *apud* Coale (1956):

....a maior proporção de população jovem, entre a população estável de fecundidade elevada, permanece até a idade média das idades médias de ambas as populações, momento a partir do qual a distribuição etária proporcional da população de menor fecundidade passa a apresentar maiores proporções de população nos grupos etários subseqüentes, apresentando-se, assim, mais envelhecida.” (Moreira, 1998, p 3)

Ou seja, pressupõe-se que a maior proporção de jovens na população com maior taxa de fecundidade permanece com esta distribuição até igualar a idade média da população com taxa de fecundidade menor. A partir daí a população com taxa de fecundidade menor apresenta-se mais envelhecida que a outra população.

Outra variável a ser analisada relaciona a mortalidade e seus impactos sobre o processo de envelhecimento da população. Basicamente, esta diferença depende em qual grupo etário se

concentra a população: se na infância (até os 5 anos), se entre 45-50 anos de idade, ou após os 50 anos. Coale (1956) mostra que, se a mortalidade se concentrar no primeiro agrupamento (entre 0-5 anos), gera-se praticamente o mesmo efeito que aquele derivado das diferenças na fecundidade. Assim, a população com maiores taxas de sobrevivência apresentará maiores percentuais nos grupos etários anteriores à idade média e menores daí em diante. Entretanto, se a taxa de mortalidade tiver maior proporção na faixa dos 45-50 anos, nada se altera na taxa de fecundidade, pois este é considerado o limite superior da idade reprodutiva, embora seja possível a alteração nas proporções das faixas etárias.

CAPÍTULO 3 – A NOVA ESTRUTURA FAMILIAR BRASILEIRA – ESPECIAL IMPORTÂNCIA À TERCEIRA IDADE

3.1 – A MUDANÇA NA ESTRUTURA DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

A estrutura demográfica tem sofrido profundas transformações nas últimas décadas, com enormes repercussões em termos econômicos. Estima-se, por exemplo, que o percentual de idosos em 2050 será de 24%, ou seja, quase um quarto da população brasileira, contra 8,7% em 1997⁽⁴⁾.

A forte expansão das cidades, após as décadas de 50-60, resultou em uma queda brusca nas taxas de crescimento populacional. Na Figura 3 podemos observar que os nascidos naquelas décadas terão alcançado a terceira idade entre os anos de 2010-2020, embora depois deste período a taxa de crescimento vegetativo dos idosos se reduza, não significa que a população idosa perderá espaço, muito pelo contrário, o crescimento desta faixa etária será muito maior do que nas outras faixas etárias.

⁴ IBGE (1997).

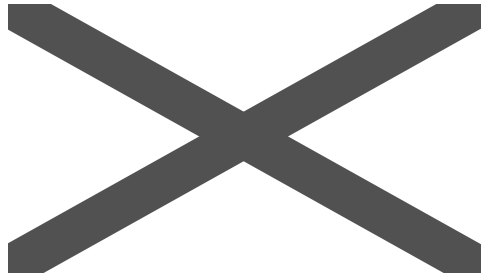


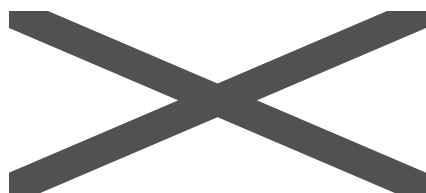
Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: IPEA/IBGE (1991)

Figura 3 – Crescimento populacional dos Idosos (população com mais de 60 anos) e da População Total, em percentual, do período de 1980 a 2050.

A evolução da expectativa de vida no Brasil pode ser explicada devido à melhoria nas condições de acesso aos serviços de saúde; ao aumento da escolaridade do chefe da família; aos avanços na tecnologia médica; às melhorias nas condições sanitárias; à queda da fecundidade e ao aumento da urbanização, que modificou as necessidades básicas da população.

A expectativa de vida da população passou de 59,8 anos, em 1970–75, para 66,3 anos, em 1990-95. Embora os avanços de um período para outro não sejam significativos, devemos avaliar a elevação ao longo do tempo, como se pode observar na Figura 4.

Segundo Camarano, a proporção da população idosa (mais de 60 anos), ou da “mais idosa” (acima de 80 anos), está aumentando no país. Em 1940, havia 166 mil pessoas acima de 80 anos, já em 1996, esse número era de quase 1,5 milhão.



Fonte: Anuário Estadístico de America Latina Y el Caribe (1996)

Figura 4 – Esperança de vida ao nascer, considerando as mortes por causas externas, dos anos de 1970 a 1995.

Quanto aos determinantes deste aumento da longevidade, Moreira (1998), realizou projeções demográficas do período de 1980 a 2050 e concluiu que a queda da fecundidade foi a determinante chave para o envelhecimento demográfico da população brasileira, sendo que a diminuição da mortalidade teve um papel coadjuvante nesta redução do crescimento.

3.2 – A IMPORTÂNCIA DA RENDA DO IDOSO NA DINÂMICA ECONÔMICA

Atingida pelos altos índices de desemprego, a renda da população não idosa, com idade menor de 60 anos, foi levada a uma queda na sua participação nas movimentações financeiras, assim como sofreu mudanças na disposição das classes salariais. Desta forma, fica claro pela Figura 5 a mudança na organização da renda da economia, ao se comparar à queda da participação dos não idosos. Durante todo o período analisado a participação da renda dos não idosos caiu em relação ao total de salários.⁽⁵⁾

⁵ A participação da renda dos não idosos passou de 84% sobre o total dos salários, em 1987, para 80,5%, em 1996, com a renda dos idosos, por apresentarem uma renda mais estável, passando de 16% para 19,4%, no mesmo período, IBGE (1997).

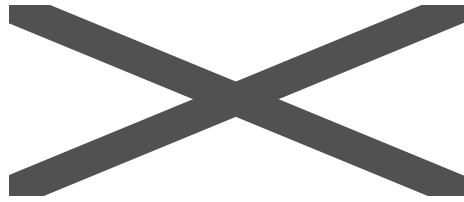


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte IBGE 1996

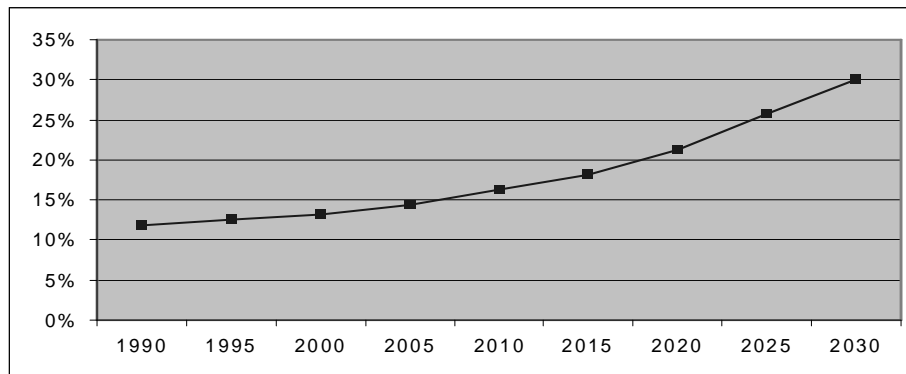
Figura 5 – Participação na renda total dos não-idosos e idosos por faixas de salário mínimo, nos anos de 1987 e 1996.

Mas o que preocupa é a origem da renda dos idosos, pois pode-se imaginar que grande parte dela tenha origem na aposentadoria. Porém, como no Brasil o grau de cobertura dos planos de previdência são menores do que nos países desenvolvidos, o que ocorre é uma grande participação do trabalho na geração de renda dos próprios idosos. Segundo dados de estudo realizado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em 2000, 60% dos trabalhadores do setor privado - quase 40 milhões de pessoas - não tinha direito à aposentadoria ou auxílio-doença.

Segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995/1996, 51,82% da renda recebida pelos Homens entre 60-64 anos advém do trabalho e apenas 40,89% da aposentadoria. Desta forma, o que ocorre é uma aposentadoria parcial, com a necessidade de uma renda extra para complementar a aposentadoria reduzida.

Com relação ao aumento do grau de dependência da população mais jovem à renda dos idosos, podemos demonstrar através da Figura 6 que a razão entre a população idosa e a população em idade ativa (15-59 anos) passou de 12%, em 1990, para 30%, em 2030. (Projeção com base no IBGE 1997). Através da Figura 6 fica claro o aumento da população idosa e o conseqüente aumento de participação na população economicamente ativa (PEA), ou seja, a

dinâmica econômica dependerá da produtividade da idade ativa, mas também de como e quanto a terceira idade aumentará de proporção na PEA.



Fonte: IPEA/IBGE (1997)

Figura 6 – Razão idosos/População em Idade Ativa (15-59 anos), no período de 1990-2030.

3.3 – PROJEÇÕES DE CRESCIMENTO PARA O BRASIL

Moreira (1998) fez projeções para a população brasileira no período de 1980-2050, supondo constantes os níveis de fecundidade e mortalidade vigentes em 1980, e comparou com aquela projetada a partir de variações nos níveis e padrões da fecundidade e da mortalidade.

Foram elaboradas duas situações de estruturas de crescimento populacional, conforme Tabela 1. A primeira, seria a projeção da população estável, onde os níveis e padrões de fecundidade e mortalidade são constantes. E a segunda que possibilita variações nas taxas de fecundidade e/ou mortalidade.

Tabela 1 – Brasil – Indicadores Seleccionados do Envelhecimento Populacional por Hipóteses de Variação nas Componentes Demográficas – 1980 e 2050.

Indicadores	1980		2050			
	Observada	Estável	Projeção	Fecundidade Constante	Mortalidade Constante	Mortalidade e Fecundidade Constante
% 60 anos e mais	6,1	8,1	24,3	9,8	21,6	8,6
% 65 anos e mais	4,0	5,3	17,8	6,8	14,9	5,6
Idade média	24,7	27,0	40,5	28,1	39,3	27,6
Índice de Idosos	10,5	14,9	101,0	19,8	84,3	16,4
Menos de 15 anos	38,2	35,5	17,6	34,6	17,7	34,4
Menos de 20 anos	49,7	45,1	23,7	44,0	24,0	43,9
Variação entre 1980 e 2050		Efeito Interno Líquido	Total	Efeito da mortalidade	Efeito da Fecundidade	Estrutura Etária
% 60 anos e mais		1,5	18,3	1,2	13,0	2,5
% 65 anos e mais		1,7	13,8	1,2	9,3	1,6
Idade média		0,7	15,8	0,4	11,7	3,0
Índice de Idosos		13,3	90,5	3,4	68,0	5,9
Menos de 15 anos		-0,3	-20,6	0,2	-16,7	-3,9
Menos de 20 anos		-0,4	-25,9	0,2	-19,9	-5,8

Fonte: Moreira, M.M. (1998).

A grande diferença entre as variáveis para a população estável e a projetada mostra o efeito das mudanças na fecundidade e da mortalidade, assim como o seu forte impacto sobre o envelhecimento da estrutura etária. Entretanto, podemos observar que a manutenção no mesmo patamar das taxas de mortalidade e fecundidade resultaria em uma pequena alteração na sua estrutura, mas a mudança em apenas uma das variáveis resultaria em mudanças relevantes.

Entre 1980 e 2050, sob a hipótese de variações nos níveis de fecundidade e mortalidade, a proporção de população de 65 anos e mais se ampliaria em 13,8 pontos percentuais, passando de 4,0%, em 1980, para 17,8%, em 2050, indicando claramente a trajetória para o envelhecimento da população brasileira.

Mantendo os níveis e padrões da fecundidade, ao nível de 1980, a população idosa aumentaria 1.6 ponto percentual, passando de 4%, em 1980, para 5,6%, em 2050. Pode-se

observar que a população projetada sob a hipótese de constância das variáveis demográficas em muito se assemelha à população estável e, portanto, apresenta semelhanças quanto aos indicadores.

Se contrastarmos a população projetada sob hipóteses de estabilidade dos componentes demográficas com a projeção a partir da constância da fecundidade, mas permitindo transformações na mortalidade, então as variações dependem exclusivamente da mortalidade. Assim, em 2050, em razão da queda na mortalidade, a proporção de população de 65 anos ou mais será superada em 1.2 ponto percentual àquela que se encontraria em uma situação em que a mortalidade tivesse permanecido constante desde 1980, determinando a baixa contribuição da queda de mortalidade no envelhecimento da população brasileira.

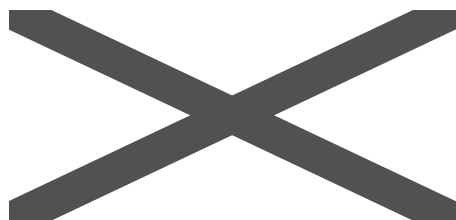
Mas, se o nível de mortalidade for mantido constante e o de fecundidade declinar, então a população de 65 anos e mais é de 9,3 pontos percentuais superior àquela gerada pela estabilidade dos componentes, exemplificando o significativo papel da queda de fecundidade no envelhecimento da população brasileira.

“Neste sentido, as variações absolutas nas participações relativas da população idosa entre 1980-2050 podem ser decompostas em termos relativos, encontrando-se que a queda da fecundidade responde por algo em torno de 70% do envelhecimento da população brasileira no período considerado, enquanto que a mortalidade contribui com menos de 10% e as componentes representadas pela inércia da estrutura etária e o efeito líquido da interação em torno de 10%, cada uma.” (MOREIRA, 1998, p.10)

3.4 – ESTRUTURA FAMILIAR NA TERCEIRA IDADE

Analisar a estrutura familiar, na qual o idoso está inserido, é um passo importante para conhecer as tendências, uma vez que a presença cada vez maior na sociedade de idosos morando sós, nos mostra a forma como os novos idosos encaram a sua aposentadoria.

No período de 1970 a 1999, houve uma queda no tamanho das famílias, mas principalmente a diminuição de número de famílias que continham idosos, conforme Figura 7. Podemos avaliar a queda nos domicílios sem idosos que passou de 79%, em 1970, para 74%, em 1999, ao mesmo tempo em que o maior aumento proporcional foi no número de domicílios de idosos (chefe idoso), que passou de 16%, em 1970, para 21,5%, em 1999. A principal explicação para esta mudança foi a expectativa de vida que aumentou, assim como a elevação da existência dos “mais idosos”.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1970 e PNADs de 1981 e 1999

Figura 7 – Distribuição Percentual dos Domicílios Brasileiros segundo a presença de idosos 1970, 1980 e 1999.

A determinação do tipo de família, na qual os idosos estão inseridos, é de suma importância para se avaliar os impactos decorrentes da inflação. Famílias com idosos, por exemplo, apresentam um impacto da inflação menor em comparação com as famílias só com idosos, pois os primeiros possuem ponderações da cesta de consumo diferenciadas, principalmente nos itens habitação e saúde.

Segundo dados da FGV, captados através do IPC-3I, as famílias com idosos possuem uma cesta de consumo com as seguintes ponderações: 32,97 para Habitação e 11,63 para saúde, enquanto as residências que possuem apenas idosos apresentam, 35,79 e 13,78, respectivamente.

Considerando os domicílios que possuem idosos residindo, foi dividido estes domicílios em dois grupos: domicílios com idosos e os domicílios de idosos. Os dados foram tabulados dos censos de 1970, 1980 e 1999. ⁽⁶⁾

3.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS COM IDOSOS E OS DE IDOSOS

Ao avaliarmos as diferenças entre os domicílios com idosos e os de idosos, podemos destacar as condições econômicas e de saúde diferenciadas. As duas estruturas familiares a qual os idosos estão sujeitos determinará a forma de lidar com a sua saúde, assim como a sua condição financeira.

Conforme Tabela 2 podemos observar algumas informações que nos darão instrumentos para entender como este idoso se comporta no ambiente econômico. O aumento dos domicílios de idosos, por exemplo, nos mostra que o idoso está fugindo da antiga condição de dependência para com os seus parentes mais próximos. Entretanto, os mais idosos, devido às condições degenerativas da idade, acabam ficando domiciliados em maior grau nas residências de parentes.

Tabela 2– Características dos Idosos Brasileiros por tipo de domicílio, 1981 e 1999.

	Domicílio de Idosos			Domicílio Com Idosos		
	1981	1999	Aumento Real	1981	1999	Aumento Real
% Idosos Pobres	35,7	20	-11,57	33,2	25,6	-5,7
% Idosos se m rendimento	20,5	11,3	-7,63	22,5	11,6	-8,9
% Idosos Trabalhando	30	33,8	2,92	8,0	11,9	3,6
% Idosos recebendo benefícios	57,4	76,9	12,38	71,1	84	7,54
Indicadores de Saúde						
% Boa Saúde		83,7		81,2		
% Dificuldade em se alimentar sozinho		14,3		24,4		
Caminhar mais de 100 m		17,5		26,5		
Caminhar mais de 1 km		40,6		49,3		

Fonte: IBGE e PNAD 1981 e 1999. Indicadores de Saúde: PNAD 1998.

⁶ Estudos de Camarano (2002).

O grau de pobreza encontra-se em maior percentual entre os domicílios com idosos. Em 1981 os domicílios de idosos apresentavam 35,7% de idosos pobres, caindo para 20% em 1999, uma queda proporcional de 11,57%. Já entre os domicílios com idosos, este percentual passou de 33,2% para 25,6%, queda proporcional de 5,7%. Portanto, o nível de pobreza entre os domicílios de idosos se reduziu ao dobro do percentual dos domicílios com idosos.

Avaliando o percentual de idosos sem rendimentos, observamos uma queda em ambos os tipos de domicílios. Os domicílios de idosos passou de 20,5%, em 1981, para 11,3%, em 1999, significando uma queda real de 7,63%.

O nível de atividade laboral durante o período também aumentou substancialmente, passando de 30%, em 1981, para 33,8%, em 1999, entre os domicílios de idosos. Nos domicílios com idosos passou de 8% para 11,9%, no mesmo período. As transferências de benefício no período também apresentaram avanços, passando de 57,4% para 76,9% nos domicílios de idosos e de 71,1% para 84% nos domicílios com idosos.

Com base na PNAD de 1998 foi analisada a situação de saúde dos domicílios aqui pesquisados. As condições de saúde são melhores entre os domicílios de idosos, em vista da idade média destes serem menores. Além disso, houve diminuição da dependência na realização de atividades cotidianas, como a capacidade de se alimentar sozinho.

O tamanho médio das famílias brasileiras diminuiu, mas mais importante que isso foi a forma como diminuiu. Esta nova estrutura familiar do idoso fica clara na Tabela 3, o idoso passa a viver mais com os filhos do que com o próprio cônjuge, o percentual passou de 66% dos domicílios de idosos, em 1970, para 55%, em 1999. A quantidade de filhos também diminuiu, passando de 1,61 filhos por domicílio, em 1970, para 1, em 1999. Uma mudança considerável ocorreu na idade destes filhos: manteve-se estável o número de filhos maiores de 21 anos morando com os pais idosos e caiu a proporção de filhos menores de 21 anos. Esta constatação

pode ser melhor explicada pelo próprio envelhecimento dos chefes do domicílio, do que pela taxa de fecundidade.

Outro dado de grande mudança durante o período foi a proporção de outros parentes morando com estes idosos, a qual aumentou de 0,17, em 1970, para 0,32, em 1999. Este último valor representa 57,14% do total de outros parentes morando na residência.

Através destes dados da Tabela 3, chegamos a uma nova configuração dos domicílios de idosos; eles estão morando menos com cônjuges e mais com os filhos, o que mostra a importância das famílias monoparentais:

“...em 70 % dos domicílios de idosos encontram-se filhos residindo, o que permite a inferência de que co-residência é um arranjo familiar generalizado entre a população idosa brasileira”(CAMARANO, 1999, p.14)

Tabela 3 – Número Médio de Membros segundo a relação com o dos domicílios de idosos

Relação com o chefe do domicílio	1970	1981	1999
Chefe	1,00	1,00	1,00
Cônjuge	0,66	0,62	0,55
Filhos	1,61	1,34	1,00
Filho < de 21 anos	0,88	0,63	0,30
Filho >= de 21 anos	0,73	0,71	0,70
Outro Parente	0,37	0,58	0,56
Menor de 14 anos	0,17	0,32	0,31
Entre 15 e 60 anos	0,14	0,21	0,21
Maiores de 60 anos	0,05	0,05	0,04
Agregado e pensionista	0,10	0,13	0,02
Emp. Doméstico	0,05	0,15	0,02
Total	3,78	3,82	3,14

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1970 e PNADs de 1981 e 1999

CAPÍTULO 4 – ATIVIDADE ECONÔMICA NA TERCEIRA IDADE

Mais importante do que entender a estrutura demográfica na qual o idoso está inserido, é entender a atividade econômica na terceira idade. Ela deixa de ser algo necessário para a sua subsistência, para se transformar em um pré-requisito a um envelhecimento ativo.

4.1 – COMPORTAMENTO FINANCEIRO

A escolha dos investimentos na terceira idade está intimamente ligada à segurança da aplicação. Deste modo, a poupança é a escolha da maioria, garantindo segurança desejada e a relativa preservação do valor de face dos seus rendimentos.

Com relação às aplicações e resgates em investimentos (poupança, fundo de aplicação, ações, ouro, moedas estrangeiras, etc...), foi elaborada, com base na POF de 1995/96, uma tabela que demonstra as faixas de aplicação, conforme o salário mínimo da 3ª Idade. A faixa salarial que maior aplicação apresenta é com cinco salários mínimos ou mais. Entre os homens este valor ficou em 85% e nas mulheres 67,9%, como se pode observar na Tabela 4.

Observando a distribuição percentual dos homens idosos percebe-se que, conforme aumenta a faixa salarial, aumentam os percentuais referentes às aplicações e resgates. Entretanto, o mesmo movimento não ocorre com as mulheres.

Tabela 4 – Distribuição (%) de ativos financeiros dos homens e das mulheres (mais de 60 anos) de acordo com a faixa salarial.

Movimentação Financeira		Salário Mínimo			
		0 - 2	2 - 5	5 - mais	Total
Homens	Aplicação	4,64	10,33	85,03	100,00
	Resgate	8,43	16,63	74,94	100,00
Mulheres	Aplicação	22,63	9,47	67,9	100,00
	Resgate	10,93	40,42	48,65	100,00

Fonte: IBGE POF (1995/1996)

Elaborando a mesma tabela de movimentações financeiras segundo as faixas etárias, os homens com mais de 70 anos apresentaram os maiores percentuais de aplicação e resgate, 46,77% e 51,22%, respectivamente. Para as mulheres as maiores aplicações localizam-se na faixa de 70 anos ou mais e os resgates entre 60 e 64 anos.

Tabela 5 – Distribuição (%) de ativos financeiros dos homens e das mulheres (mais de 60 anos) de acordo com a faixa etária.

Movimentação Financeira		Faixa etária			Total
		60 – 64	65 – 69	70 – mais	
Homens	Aplicação	28,27	24,96	46,77	100,00
	Resgate	33,94	14,84	51,22	100,00
Mulheres	Aplicação	24,18	35,53	40,28	100,00
	Resgate	32,93	21,82	45,25	100,00

Fonte: IBGE POF (1995/1996)

Quanto às motivações do investimento podemos citar como principal preocupação o complemento da renda, uma vez que 74% da população com mais de 50 anos faixa etária utilizou ou utiliza a poupança com o objetivo de no futuro utilizá-la como complemento da renda⁽⁷⁾. A herança possui baixa preponderância na motivação da poupança, com apenas 0,39% da faixa etária localizada acima dos 65 anos entrevistados pela Associação Brasileira de Crédito e Poupança (Abecip). Desta forma, grandes heranças deixadas para os seus descendentes podem ser consideradas como um acidente.

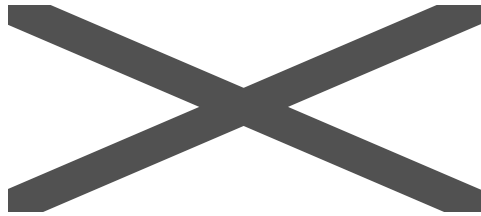
⁷ NERI, Marcelo; CARVALHO, Kátia; NASCIMENTO, Mabel. (2000)

4.2 – A ORGANIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Com o aumento do peso relativo dos idosos com relação à população total e à fração de tempo que esta faixa etária será produtiva, é importante analisar como este idoso está inserido no mercado de trabalho. A participação do idoso na População Economicamente Ativa só vem aumentando. No Brasil, por exemplo, Wajman (1997) estudando as perspectivas de crescimento da população economicamente ativa (PEA), identificou que o segmento dessa população que mais cresceu no período entre 1980 e 1990 foi o de 25 a 49 anos, e entre 2000 e 2020 será o segmento correspondente às pessoas acima de cinquenta anos, confirmando a tendência de envelhecimento da PEA. Sendo assim, dificilmente podemos esperar mecanismos compensatórios que provoquem a queda da atividade dos idosos na economia. Entretanto, conforme estudo realizado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (Cedeplar), podemos observar a permanência do idoso no mercado de trabalho segundo o seu grau de escolaridade, uma vez que com o decorrer da idade a capacidade física e motora do indivíduo fica comprometida⁽⁸⁾.

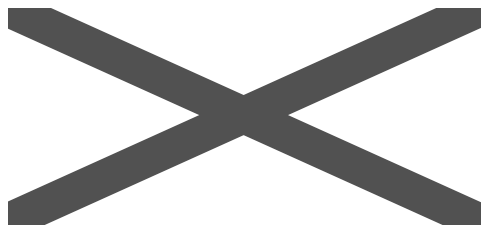
Nas Figuras 8 e 9 demonstramos a relação entre a escolaridade e o tipo de ocupação dos idosos, classificada entre trabalhos manuais, médios e superiores. Podemos verificar que com o avanço da idade as atividades classificadas como manuais vão perdendo importância e dando margem ao crescimento das atividades superiores e médias. Isto ocorre devido à dependência do atributo que mais decresce com a idade, a força física. Portanto, o que ocorre na realidade é a substituição da mão-de-obra com idade mais avançada, elevando a participação dos idosos em atividades superiores no total da amostra.

⁸ WAJNAMN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria H.C.; OLIVEIRA, Elzira Lúcia. (2000)



Fonte: IBGE – PNAD 1997

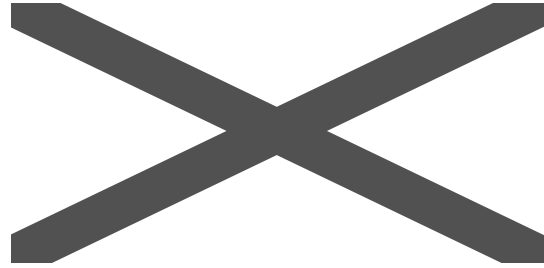
Figura 8 – Ocupação masculina segundo categorias sócio-ocupacionais por grupos quinquenais de idade. Fonte: IBGE – PNAD 1997.



Fonte: IBGE – PNAD 1997

Figura 9 - Ocupação feminina segundo categorias sócio-ocupacionais por grupos quinquenais de idade.

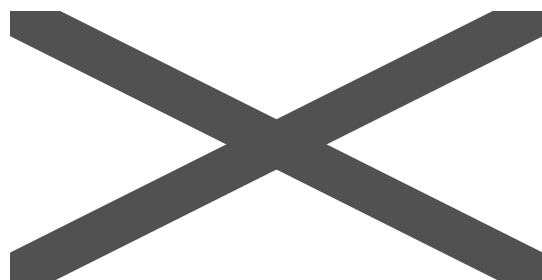
Quanto ao ramo de ocupação do idoso no mercado de trabalho, constata-se que para os homens as atividades agropecuárias são predominantes. Esta participação acentua-se com a idade, embora esteja ocorrendo uma queda da participação do setor no decorrer da pesquisa, pois em 1982 representava 55% dos homens e, em 1997, caiu para 46%, Figura 10.



Fonte: IBGE – PNAD 1997.

Figura 10 – Ocupação Masculina, segundo ramos de atividade por grupos de idade dos idosos.

Já entre as mulheres o setor de serviços pessoais apresenta uma tendência de elevação ao longo da aposentadoria, apresentando uma participação de 36%, como se vê na Figura 11, o que demonstra que as mulheres geralmente se situam em atividades menos pesadas e mais sociais.



Fonte: IBGE – PNAD 1997

Figura 11 – Ocupação Feminina segundo ramos de atividade por grupos de idade dos idosos.

4.3 – FONTES DE RENDA

Para darmos continuidade ao estudo da estrutura de consumo dos idosos devemos compreender as suas fontes de renda e como a organização desta pode influenciar no comportamento dos preços da sua cesta de produtos.

Ao contrário do que ocorre em países ditos desenvolvidos, a população idosa brasileira está cada vez mais dependente do seu salário “além-aposentadoria”. Wajzman et alii.(1999) analisando os dados da PNAD 97, constatou que os rendimentos dos homens de 60 a 64 anos correspondiam a 65 % da renda familiar e destes, 36% eram provenientes do trabalho do próprio idoso e o restante da aposentadoria e outros ganhos. Além disso, observou-se que mesmo envelhecendo, o idoso não diminui sua participação relativa na renda familiar.

Com base na POF 1995-96 (Tabela 6) podemos observar uma acentuada diferença entre a origem dos recebimentos para os homens acima de 60 anos e as mulheres na mesma faixa etária, principalmente no que diz respeito à dependência das mulheres dos rendimentos advindos de aposentadoria e pensões. Podemos apresentar de forma mais restrita a Tabela 7, através da divisão entre recebimento laborais (Empregado, Empregador e Conta própria), de investimentos (aluguel) e de previdência (Aposentadoria, Pensão e Auxílios).

Tabela 6 – Origem dos recebimentos por faixa salarial para os idosos.

Recebimento Mensal	Salário Mínimo					
	0-2		2-5		5-mais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Empregado	13,45	8,32	14,78	8,03	12,39	3,7
Empregador	0,04	0,03	1,01	0,00	12,13	3,12
Conta Própria	11,16	6,04	13,42	9,76	14,71	5,81
Aposentadoria	67,5	71,87	60,55	60,04	53,67	69,4
Pensão	2,6	8,58	1,56	12,51	0,53	7,21
Aluguel	2,75	4,03	8,61	9,65	6,56	10,76
Auxílios	2,55	1,13	0,06	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte IBGE (1998).

Tabela 7 – Comparativo Recebimentos Laborais + Investimentos X Aposentadorias e Auxílios.

Recebimento Mensal	Salário Mínimo					
	0-2		2-5		5-mais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Renda produtiva	27,4	18,42	37,82	27,44	45,79	23,39
Renda Aposentadoria	72,65	81,58	62,17	72,55	54,2	76,61
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte IBGE 1998.

Os dados acima nos mostram claramente a forte dependência dos idosos do sexo feminino, com rendimentos inferiores a 2 salários mínimos, dos recebimentos de aposentarias e auxílios. Por outro lado, podemos observar a diminuição da dependência dos idosos do sexo masculino, ao longo da idade, da renda advinda da aposentadoria e, conseqüentemente, aumento da renda laboral.

Deste modo, conforme a PNAD 1997, constata-se pela Tabela 8, que a situação que garante o maior nível de rendimento para os idosos do sexo masculino é aquela em que o indivíduo é aposentado e trabalha. Este aposentado que trabalha tem um rendimento médio de R\$ 200 maior do que aquele que é apenas aposentado. Segundo Camarano, estes dados sugerem que

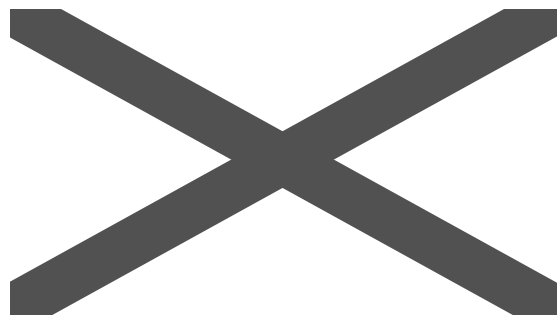
o trabalho do idoso contribui expressivamente para a sua renda, fato este que parece ser verdadeiro também para as mulheres.

Tabela 8 – Rendimento Médio de todas as fontes da população idosa por sexo e categorias –
Brasil 1997.

Sexo	Trabalhador Puro	Aposentado Puro	Trabalhador e Aposentado	Outros
Homens	556,00	383,00	759,00	95,00
Mulheres	331,00	237,00	485,00	172,00
Total	510,00	305,00	714,00	165,00

Fonte: IBGE PNAD 1997.

Com base nos Microdados dos Censos/IBGE de 1991 e 2000, foi realizado um comparativo pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) FGV, entre as variações da renda nas faixas etárias, sendo os valores deflacionados pelo INPC do IBGE. Os maiores ganhos foram registrados nas faixas etárias mais idosas, em especial para os idosos entre 70 e 75 anos, com resultado de 57% de aumento real da renda.



Fonte: Revista Conjuntura Econômica (Agosto 2004).

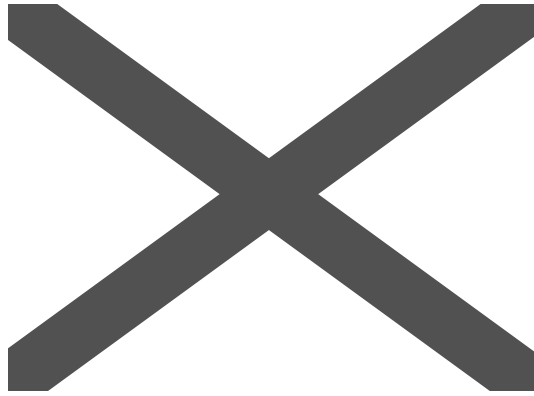
Figura 12 – Renda Familiar per capita de todas as fontes (em R\$).

Apesar da diminuição do ganho real, a importância das fontes de renda dos idosos para a dinâmica econômica continua sendo elevada, principalmente pelo aumento das fontes não ligadas à renda do trabalho.

Para o conjunto da população a renda ligada ao trabalho caiu 8,5%, entre 1991-2000, enquanto a parcela apropriada a títulos de pensões e aposentadorias aumentou 54% e a de outras fontes de renda alternativas, como seguro-desemprego, aluguéis e juros cresceu 36%. Entre a população com 80 anos ou mais, foi revelado um aumento de 102% nas rendas originárias de aposentadorias. Tal configuração deixa clara a dificuldade que deverá ser enfrentada pelo estado para minimizar o impacto do aumento das rendas “improdutivas” (aposentadorias, juros e aluguéis), em detrimento das “produtivas” (renda do trabalho).

Ao compararmos a diferença entre a participação na renda nos censos de 2000 e 1991, observarmos que em todas as faixas etárias houve queda da renda advinda do trabalho e um aumento das rendas de aposentadorias e pensões, conforme Figura 13. O claro descompasso entre o comportamento das rendas do trabalho e das aposentadorias e pensões deve-se ao forte nível de desemprego que atingiu o país entre 1991 e 2000.

Embora tenha convivido com maiores índices de inflação, a terceira idade não viu a sua renda decair ao nível da renda do trabalho, pois os seus valores não são determinados pelo mercado de trabalho.



Fonte: Revista Conjuntura Econômica (Agosto 2004).

Figura 13 – Diferencial de participação por tipo de renda, 2000-1991 (%).

CAPÍTULO 5 - ESTRUTURA DE CONSUMO DOS IDOSOS E DOS NÃO IDOSOS (ANÁLISE DO IPC-3I)

Com o objetivo de melhorar o entendimento da estrutura de consumo dos idosos a Fundação Getúlio Vargas (FGV) elaborou, com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares, o IPC-3I, onde a estrutura do índice é composta por, pelo menos, 50% de idosos e cuja renda esteja no intervalo de 1 a 33 salários mínimos.

As organizações dos índices (IPC e IPC-3I) possuem semelhanças. Entretanto, a versão para idosos apresenta 25 subitens a menos que a versão tradicional, o que lhe dá a seguinte composição: 7 grupos, 25 subgrupos, 88 itens e 450 subitens.

Para revelar as despesas onde o impacto sobre a renda é maior para cada unidade familiar foi realizada ponderações dos índices. Dentro da organização das ponderações constata-se uma acentuada diferença entre o IPC e o IPC-3I, e dentro do próprio IPC-3I, dependendo da classe de renda, as ponderações se alteram.

A Tabela 9, apresenta um resumo comparativo dos índices conforme a sua ponderação. Em geral está listado a estrutura do IPC-BR (Índice da população geral), as famílias com pelo menos 50 % de idosos, famílias com idosos e as famílias apenas com idosos.

Não podemos desconsiderar que a caracterização da inflação dos idosos é de difícil mensuração, uma vez que as famílias compostas apenas por idosos não são representativas. Portanto, utilizaremos as famílias com pelo menos 50% de idosos para representar uma quantidade maior, visando o atendimento das políticas públicas.

Tabela 9 – Estrutura dos Índices de Preços ao consumidor Total e da Terceira Idade.

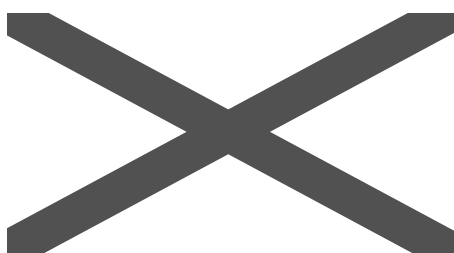
	IPC-BR	Famílias com pelo menos 50% de Idosos			Famílias Com Idosos	Famílias só com idosos
		IPC-3I	Até oito salários mínimos	Acima de oito salários mínimos		
Alimentação	27,48	30,23	35,34	24,90	30,43	30,05
Gêneros Alimentícios	24,75	27,96	33,33	22,45	28,20	27,61
Aliment.Fora de Casa	2,73	2,27	2,01	2,45	2,23	2,44
Habituação	31,84	32,99	35,25	30,84	32,97	35,79
Vestuário	5,40	3,67	2,70	4,52	3,64	3,00
Roupas	3,45	2,39	1,68	3,01	2,41	1,93
Roupas Masculinas	1,27	0,86	0,67	1,05	0,91	0,66
Roupas Femininas	1,59	1,34	0,85	1,63	1,31	1,20
Saúde e cuidados pessoais	10,36	15,02	14,47	15,08	14,90	16,79
Serviços de saúde	3,69	6,81	5,09	8,46	6,74	8,27
Hospitais e laboratórios	0,15	0,58	0,92	0,30	0,58	0,79
Médico, dentista e outros	3,54	6,22	4,17	8,16	6,15	7,48
Produtos médico-odontol.	2,60	4,90	5,79	3,48	4,89	5,50
Medicamentos em geral	2,20	4,47	5,47	2,99	4,40	5,22
Cuidados pessoais	4,06	3,31	3,59	3,14	3,27	3,02
Educação, leitura e recreação	8,74	4,42	1,81	7,62	4,47	2,84
Educação	5,75	1,86	0,52	3,90	1,99	0,44
Leitura	0,43	0,57	0,42	0,75	0,55	0,59
Recreação	2,55	1,99	0,87	2,96	1,93	1,80
Transportes	11,72	7,85	6,24	9,05	7,87	6,32
Transporte Público	5,00	3,03	3,35	2,41	3,04	2,16
Transporte Público Urbano	4,75	2,91	3,25	2,28	2,93	2,06
Transporte Público Interurbano	0,25	0,12	0,10	0,13	0,10	0,096
Despesas Diversas	4,43	5,79	4,19	7,97	5,71	5,19

Fonte: DGD/IBRE/FGV. Obs: Grupo, Subgrupo e Item.

O apoio financeiro intergeracional está muito presente na família com idosos, seja o apoio dado pelos idosos como dos jovens aos idosos. Pela Tabela 9 fica clara a primeira relação, considerando-se que o grau de dependência dos jovens com relação aos idosos é maior do que o contrário.

Crises econômicas, como o desemprego ou a desvalorização da renda do idoso, demonstram como as gerações se relacionam. No caso do item despesas pessoais e de roupas, as mulheres apresentam maiores gastos, pois são elas que mais exercem atividades domésticas, como a manutenção do lar e aquisição de roupas. Já os homens contribuem com valores maiores nas atividades de lazer e de educação de filhos e netos.

A diferença estrutural de consumo para os idosos e para a população geral que está representada na Figura 14, onde pode-se avaliar a gradativa elevação do IPC-3I em relação ao IPC-BR. O gráfico demonstra a evolução desde agosto de 1994 até fevereiro de 2004. O IPC-3I superou o IPC-BR em 16,42%, o que equivale a uma diferença média anual de 1,61%.



Fonte: Revista Conjuntura Econômica (Julho 2004).

Figura 14 – Índice de Preços ao Consumidor. Agosto/1994=100.

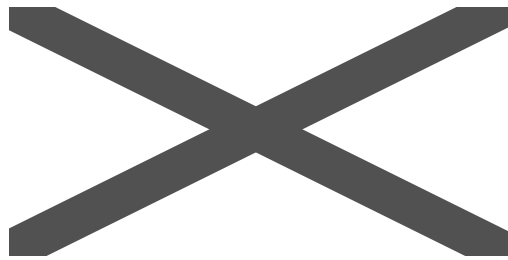
Através da Tabela 10 é possível avaliar o salário mínimo pelos dois índices de preços, o IPC-BR e o IPC-3I. No período de Janeiro de 1995 a Janeiro de 2005, o salário mínimo evoluiu, em termos nominais, 271,43%. Descontada a inflação, temos uma evolução real, pelo IPC-BR, de 34,32%, enquanto que pelo IPC-3I, o percentual é de 13,88%, lembrando que o IPC-3I não se restringe apenas à classe idosa, mas às famílias com pelo menos 50% da sua constituição de idosos.

Tabela 10 – Comparativo Salário Mínimo IPC-3I X IPC-BR.

Data	Salário Mín. Praticado	IPC-3I Julho/94 (base 100)	Salário Mín. (IPC-3I)	IPC-BR Julho/94 (base 100)	Salário Mín. (IPC-BR)
Jan/1994	70	100	70	100	70
Jan/1995	70	113,80	79,66	111,40	65,73
Jan/1996	100	148,82	104,17	140,26	78,78
Jan/1997	112	165,47	115,83	156,17	95,86
Jan/1998	120	181,92	127,34	167,43	102,83
Jan/1999	130	187,06	130,94	170,21	107,99
Jan/2000	136	207,34	145,14	185,73	111,45
Jan/2001	151	224,22	156,95	197,26	119,47
Jan/2002	180	243,90	170,73	212,93	127,71
Jan/2003	200	277,96	194,57	238,86	137,28
Jan/2004	240	306	214,2	260,19	159,88
Jan/2005	260	326,14	228,3	276,51	193,56
Ganho Nom.	271,43%	226,14%		176,51%	
Ganho Real		13,88%		34,32%	

Fonte: IPEA, FGV. Projeções elaboradas pelo autor.

A Figura 15 apresenta o comparativo entre o IPC-BR e o IPC-3I, tendo como índice o salário mínimo, no período de agosto de 1994 a Fevereiro de 2004, deixando claro a elevação maior no IPC-3I por um período longo, demonstrando que a tendência esta confirmada pelo seu histórico recente.



Fonte: Revista Conjuntura Econômica (Julho 2004).

Figura 15 – Índice do Salário Mínimo Real. Agosto/1994=100.

A partir da Figura 15, podemos avaliar que os únicos períodos em que os índices (IPC-BR e IPC-3I), apresentam uma aproximação nas variações são nas correções do salário mínimo em Set/1994, Maio/1995, Maio/1996, Maio/1997, Maio/1998, Maio/1999, Abril/2000, Abril/2001, Abril/2002 e Abril/2003. Entretanto, destaca-se o mês de maio de 1995, onde os índices praticamente se equiparam. Tal comportamento deve-se ao forte crescimento econômico com expansão da oferta, tanto para os idosos como para a população geral.

5.1 – ITENS DA CESTA DE CONSUMO COM MAIOR IMPACTO NA RENDA DA TERCEIRA IDADE

5.1.1 – MAIORES IMPACTOS COM BASE NO IPC 3-I

Uma boa caracterização dos itens com maior impacto sobre a renda da terceira idade é de extrema importância para a definição de políticas sociais, assim como indexador para o ajuste do salário mínimo.

Além disso, os idosos apresentam uma maior volatilidade em sua estrutura de gastos. Esta maior volatilidade se deve ao inesperado surgimento de gastos elevados, principalmente com a saúde.

Comparando-se a ponderação dos itens para o IPC-BR e o IPC-3I, chega-se às despesas que têm maior impacto sobre a renda dos idosos, bem como aquelas com impactos menores, como se observa na Tabela 11.

Os maiores gastos em saúde estão intimamente ligados à queda de capacidade motora e física ao longo da idade. A análise deste item pode ser complementada com dados da PNAD de 1998, onde é possível avaliar a incidência dos problemas de saúde nos idosos: 10% dos idosos estiveram acamados nas duas semanas anteriores a pesquisa, contra 4% da população geral; hipertensão atingiu 45% dos idosos contra 10,6% da população geral; problemas cardíacos (19%;3,9%) e depressão (11,9%;4,9%). Através da POF pode-se comparar o consumo de medicamentos por classe terapêutica. Ao considerarmos as famílias com pelo menos 50% de idosos com a população total, observa-se que as maiores diferenças nos medicamentos contra pressão arterial (46%;22,7%), calmantes e antidepressivos (15,6%;9,4%).

O item alimentação apresenta uma elevação devido ao grau de dependência dos jovens em relação aos idosos. Já no item despesas diversas as diferenças estão na simples mudança de

hábitos com o decorrer da idade. Neste item estão os gastos com acessórios e manutenção de veículos, serviços de cartório e profissionais liberais, cerimônias familiares, contribuições, transferências e encargos financeiros.

Com relação aos menores gastos com educação, recreação e lazer, a principal diferença está no item educação, 1,86% idosos contra 5,76% população geral. Esta diferença está ligada à necessidade de recuperação de investimento em capital humano, vez que o indivíduo mais jovem direciona uma parcela da sua renda maior para a sua educação, pois precisa de qualificação para entrar ou manter-se no mercado de trabalho.

Tabela 11 – Itens da cesta de consumo da POF com maior e menor impacto sobre a renda da Terceira Idade (famílias com pelo menos 50% de idosos).

Impacto maior sobre a Terceira Idade		
Item	IPC-BR	IPC-3I
Despesas de Saúde e cuidados pessoais	10,4%	15%
Despesas de Alimentação	27,5%	30,2%
Despesas Diversas	4,44%	5,79%
Habitação	31,8%	32%
Impacto menor sobre a Terceira Idade		
Transportes	11,72%	7,85%
Vestuário	5,4%	3,67%
Educação, Leitura e Recreação	8,74%	4,43%

Fonte: Revista Conjuntura Econômica (Julho 2004).

5.1.2 – MAIORES IMPACTOS COM BASE NA PROPORÇÃO DOS GASTOS (POF 1995/96)

Estratificando-se os gastos nos principais itens da cesta de consumo da terceira idade foi possível elaborar, com base na POF de 1995/96, uma tabela que demonstra os itens que exercem maior impacto proporcional sobre a cesta de consumo.

A Tabela 12 apresenta a distribuição percentual das despesas individuais dos idosos, de acordo com a faixa de renda. Foi acrescentado além dos recebimentos mensais, o 13º salário, FGTS, resgate de ativos, etc. Fica claro que os itens relacionados à saúde são os principais responsáveis pela demanda da terceira idade. Na faixa de rendimento de 2 salário mínimos, cerca de 33,20% (homens) e 24,38% (mulheres), gastam seus rendimentos em produtos farmacêuticos. Já no item serviços de saúde este valor fica em 6,01%, para os homens, e 9,37% para as mulheres. Com o aumento do rendimento podemos observar uma diminuição dos gastos com medicamentos e o aumento nos gastos com serviços de saúde. Tal comportamento deve-se ao aumento nos custos dos planos de saúde com o aumento da cobertura de serviços.

Na faixa de rendimento de cinco salários mínimos ou mais, os gastos com produtos farmacêuticos ficam em 4,72%, para os homens, e 8,2% para as mulheres, enquanto os gastos com serviços de saúde ficaram em 13,86% e 21,28%. Pode-se presumir que com o aumento da renda os indivíduos passam a fazer uso da medicina preventiva, diminuindo o consumo de medicamentos.

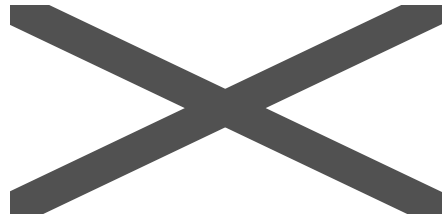
Tabela 12 – Distribuição (%) dos itens na cesta de consumo da Terceira Idade, segundo a classe de rendimentos para a POF 1995/96.

Natureza da despesa	Salários Mínimos					
	0 – 2		2 – 5		5 – mais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Produtos Farmacêuticos	24,38	33,2	17,22	19,95	4,72	8,2
Serviços de assis.Saúde	6,01	9,37	18,2	25,85	13,86	21,28
Pessoais	7,59	10,98	6,9	13,14	4,76	11,28
Roupas	2,91	4,79	2,23	6,05	1,9	4,09
Lazer	2,62	1,8	1,6	1,27	3,48	1,59
Jogos e apostas	4,95	3,58	5,05	2,31	1,07	0,33
Comunicação e transporte	15,12	9,75	14,98	8,58	7,9	6,63
Alim.fora de casa	14,54	7,36	7,06	3,4	7,68	4,60
Fumo	7,51	4,36	5,28	1,71	0,73	0,81
Viagens	2,41	2,64	5,32	1,7	5,02	4,90
Lar	1,03	2,69	1,04	3,31	0,34	1,20
Educação	1,16	1,17	1,09	2,02	3,88	2,71
Outros Imóveis	0,29	0,91	0,93	0,33	17,72	14,93
Outras Despesas	9,64	7,4	12,63	10,39	26,93	17,46
Total	100,16	100	100	100	100	100,01

Fonte: IBGE POF (1995/1996).

Ocké Reis (2000), elaborou uma pesquisa sobre o consumo dos serviços de saúde pelos idosos, demonstrando que os gastos dos idosos concentravam-se, primeiramente, em remédios e planos de saúde empatados em relação ao total (em média 40%), seguidos pelos gastos com profissionais de saúde (em média 28%), óculos, (6%) e prestadores hospitalares e serviços terapêuticos, em média 4%.

Com base no gasto mensal foi elaborada pelo IBGE a pesquisa de padrões de vida de 1996/97, onde foi levantado o gasto médio em serviços de saúde nas diversas faixas de idade. A partir destes dados foi elaborada a Figura 16. A população idosa, acima de 60 anos, gasta por mês em média, quase 23 reais individualmente. Este valor é mais do que o dobro daquele gasto pela faixa etária entre 20-39 anos, idade esta mais ativa economicamente de todas as relacionadas.



Fonte: Pesquisa de Padrões de Vida – (IBGE 1996/97).

Figura 16 – Gasto Médio Mensal com Serviços de Saúde nas Faixas Etárias (R\$).

Os dados da PNAD de 1997, por exemplo, mostram que a renda média dos maiores de 60 anos é maior que a dos jovens com menos de 30 anos. Nas famílias que contêm idosos, 52% da renda familiar provêm da renda dos idosos. Nestas famílias, 49% têm idosos como chefes e filhos morando juntos.

Embora devido à disparidade nos valores médios das aposentadorias dos homens e das mulheres, os percentuais podem não demonstrar a real situação dos idosos –pode ser mais evidente na faixa de cinco salários mínimos ou mais. Afinal, proporções não dão noção de tendência ao longo do tempo, mas são importantes para avaliar os diferentes comportamentos de consumo em cada faixa de renda específica.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de envelhecimento da população brasileira ainda está no seu início, mas sabemos que o contingente de idosos aumentará, uma vez que este valor está ligado à fecundidade passada. E é esta fecundidade que determinará o nível de crescimento desta faixa etária representando mais de 70 % da dinâmica de crescimento demográfico, cabendo à mortalidade um papel coadjuvante. Portanto, o modo como esta fecundidade se comportará nos próximos anos modelará a nova pirâmide etária do Brasil, embora a queda brusca da fecundidade resulte em famílias cada vez menores, onde uma quantidade menor de filhos cuida de pais cada vez mais idosos.

A co-residência, filhos maiores de 21 anos morando com os pais, é muito comum no Brasil. Em 1999, 70% dos domicílios de idosos continham filhos residindo. Nas famílias em que idosos são chefes, 19,7% têm filhos maiores de 21 anos e agregados menores de 14 anos morando juntos.

Algumas considerações importantes podem ser emitidas. O idoso passou a ter no Brasil, o papel de agente minimizador da perda de poder aquisitivo das famílias. Em famílias pobres, por exemplo, a presença do idoso pode representar, mesmo que este não tenha uma renda fixa, uma possibilidade de aumentar a renda. Apesar de 56,3% dos idosos serem aposentados e 26,1% das mulheres idosas pensionistas, aproximadamente 42% dos homens idosos e 12% das mulheres fazem parte da população economicamente ativa, o que revela a importância da presença do idoso na geração de renda familiar.

Como perspectiva para o estudo econômico da terceira idade foi apresentada a elaboração do IPC-3I. Este índice foi de suma importância para a correta mensuração da inflação que incide sobre os idosos. Deste modo, novas políticas poderão ser definidas para esta faixa etária com o

objetivo de tornar mais evidente o entendimento da renda dos idosos, bem como de sua distribuição no seio familiar.

Portanto, através do IPC-3I, pode-se avaliar o que mudou e como mudou a distribuição de renda na última década, mas além disto observar que, apesar do índice ter se apresentado menor na última década, a inflação continua presente e poderá, dependendo do grupo à qual se aplica, voltar a ser elevada.

Entretanto, para que o idoso não seja tão dependente, ou seja, que possa desfrutar de um envelhecimento ativo, quatro fenômenos devem ser cumpridos: queda da mortalidade, aumento da tecnologia médica e da qualidade de vida, universalização da previdência social ou um melhor acesso à previdência privada e uma melhor visualização das reais demandas dos idosos (mercado consumidor).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alexandre Nunes de, **A demanda por Serviços de Saúde dos Idosos no Brasil em 1998**. XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto/MG, 2002. 21 páginas.

ALMEIDA, Alexandre Nunes de, **Determinantes do consumo de famílias com idosos e sem idosos com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995/1996**. Piracicaba/SP: USP, 2002. 94 páginas.

ARAÚJO, Tereza Cristina Nascimento; ALVES, Maria Isabel Coelho; **Perfil da População Idosa no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. 13 páginas.

ARDEO, Vagner; BRAZ, André; NERI, Marcelo; QUADROS, Salomão; **A Inflação da terceira idade**. Revista Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: FGV, Julho 2004, Volume 58, nº 7, página 68.

CAMARANO, Ana Amélia (org); EL GHAOURI, Solange Kanso; **Família com Idosos: Ninhos vazios?** XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Ouro Preto/MG, 2002, 27 páginas.

CAMARANO, Ana Amélia (org); **Muito Além dos 60: Os Novos Idosos Brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

DORNBUSH, Rudiger; **Macroeconomia/ Rudiger Dornbush, Stanley Fischer**; Tradução e revisão Roberto Luis Troster – 2ª ed. – São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995/96**. Rio de Janeiro, 1996. v.1

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003**. Rio de Janeiro, 2003. v.1

MELO, Aparecida Vieira; **As Relações Familiares Frentes aos Idosos**. Sistema Estadual de Análise de Dados, São Paulo.

MOREIRA, M.M. **Determinantes demográficos do envelhecimento brasileiro**. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. Caxambu, 2000. Anais. Caxambu: ABEP, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Envelhecimento Ativo**. II ENCONTRO MUNDIAL SOBRE ENVELHECIMENTO, Madri, Espanha, Abril 2002.

NERI, Marcelo; **Os Anos 90 e a terceira idade**. Revista Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: FGV, Agosto 2004, Volume 58, nº 8, página 68.

SANDRONI, Paulo; **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2001.

WAJNMAN, Simone; **Tendências prospectivas de crescimento da população economicamente ativa no Brasil**. Minas Gerais. UFMG, 1997.